

Rio deve US\$ um bilhão só do Metrô

LÚCIO SANTOS

Correspondente

Rio — O secretário estadual da Fazenda do Rio de Janeiro, César Maia, afirmou que só uma administração federal que pense mais a longo prazo poderá acabar com a situação de indefinição nas regras do jogo. Ele disse que a atual política financeira do Governo Federal não permite aos Estados fazer novos investimentos, obrigando os governos estaduais a trabalhar apenas para “manter a casa arrumada”.

Para ele, um programa de investimentos que vise ao desenvolvimento do Estado só terá condições de ser executado se o Governo Federal liberar as operações de crédito para os Estados, principalmente a emissão de títulos, pois com isso estes recursos pagariam a dívida e os investimentos seriam realizados com recursos próprios. Maia acredita que, se a emissão de títulos estaduais e a realização de operações de crédito alcançassem pelo menos três quartos do serviço da dívida, já haveria uma posição conveniente, gerando recursos de Cr\$ 100 bilhões ao ano.

César Maia disse que a revogação da Resolução 831 do Banco Central, que praticamente proíbe a tomada de empréstimo pelo setor público, seria um primeiro passo para que os Estados pudessem rolar o serviço da dívida e abrir espaço para conquistar novos recursos para investimentos,

sejam próprios ou de terceiros, inclusive externos. Mas, para César Maia, enquanto perdurar esta situação, “os recursos próprios que conquistamos são esterelizados com o pagamento do serviço da dívida”, não podendo, portanto, serem usados em investimentos.

METRÔ

Apesar disso, o único problema realmente insolúvel que o Estado enfrenta é a dívida externa do Metrô, que hoje alcança um bilhão de dólares. César Maia disse que o Estado não tem condições de pagar, como aliás nunca pagou. Por isso, ele defende transformar uma situação de fato numa situação de direito, isto é, transformar a dívida externa do Metrô, que vem sendo paga pela União, em participação acionária do Governo Federal, sem direito a voto. Se isto vier a acontecer, o Estado do Rio de Janeiro ficará livre de dívidas para com a União.

Isto ocorrerá porque, excetuando-se um bilhão de dólares avalizados pelo Governo Federal, o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) deve ao Banco Central cerca de Cr\$ 120 bilhões. Deste total, quase a metade são multas e penas, que desaparecerão com o cumprimento do programa de saneamento, cujo financiamento foi autorizado ao Banco Central, na última reunião do Conselho Monetário Nacional. Quanto a outra

parte, que se refere à dívida interna do Metrô, o CMN vai autorizar amanhã, os Estados a rolar esta dívida, através da Resolução 63.

BANERJ

Segundo César Maia, a posição do Banerj melhorou muito de fevereiro para cá, devido à centralização dos tributos. Com isso, diminuíram as pressões do Tesouro estadual sobre o Banerj e do Banerj sobre o Banco Central. Transformando isto em números, César Maia disse que a centralização melhorou a liquidez do Banco numa média de Cr\$ 10 bilhões por dia, pois eliminou-se o tempo que os tributos arrecadados ficavam na rede bancária privada: cerca de cinco dias.

Além disso, César Maia disse que “a arrecadação dos tributos vem subindo acima da inflação, porém o acumulado ainda está abaixo, em virtude da inflação do ano passado ter sido pressionada pela maxidesvalorização do cruzeiro e pelo preço dos produtos agrícolas. E nos dois casos o Rio de Janeiro não se beneficiou”. Acrescentou que o governo do Estado está recuperando a máquina fiscal e só na área da bebida esta recuperação já representa um acréscimo de Cr\$ 500 milhões por mês. Maia previu também para o segundo semestre uma arrecadação superior, em termos reais e no acumulado, aos índices da inflação.